

TAXA DE JUROS

Reações pós-Copom

Após falas do presidente Lula contra a manutenção da Selic em 10,5% ao ano, dólar inverte a tendência de queda e se eleva ao maior valor desde julho de 2022. Febraban pede corte de gastos

» RAPHAEL PATI
» VÍCTOR CORREIA

Após o Comitê de Política Monetária (Copom) decidir manter a taxa de juros em 10,5%, após cerca de dez meses em queda, reações negativas tomaram conta de membros do governo federal e de entidades que representam o setor produtivo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou a medida e fez novas críticas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

A fala de Lula em entrevista à Rádio Verdinha, em Fortaleza (CE), contribuiu para que a moeda americana invertesse a tendência de queda registrada pela manhã, e encerrasse o dia a R\$ 5,462 — maior valor desde o registrado no dia 22 de julho de 2022, quando a cotação ficou em R\$ 5,498.

“Foi uma pena que o Copom manteve, porque quem perde com isso é o povo brasileiro. Quanto mais a gente pagar de juros, menos dinheiro a gente tem para investir aqui dentro. E isso tem que ser tratado como gasto”, disse Lula.

Para o presidente, o pagamento dos juros da dívida pública deve ser tratado como gasto e o dinheiro deixa de ser investido no país. A decisão do BC, segundo Lula, beneficia apenas as instituições financeiras e os especuladores. “A decisão do Banco Central foi investir no mercado financeiro, foi investir nos especuladores que ganham dinheiro com os juros”, acrescentou.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, frisou que o cenário fiscal vai “mostrar claramente” o compromisso do governo com o arcabouço aprovado no ano passado e que espera que, já na próxima reunião, o Copom decida cortar novamente os juros. A decisão da última quarta-feira foi unânime.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) emitiu uma nota em que afirma considerar “inadequada e conservadora” a decisão do Copom. “A manutenção do ritmo de corte na Selic seria o correto, pois contribuiria para mitigar o custo financeiro suportado pelas empresas e pelos consumidores, sem prejudicar o controle da inflação”, comentou o presidente da entidade, Ricardo Alban.

Raphael Pati/CB/D.A Press



O presidente da Febraban, Isaac Sidney, citou a “deterioração do quadro fiscal” apontada pelo Banco Central para defender o corte de gastos



Nós precisamos entrar na agenda definitiva de sustentabilidade fiscal. É isso que vai fazer com que o Brasil consiga ter um crescimento sustentável”

Isaac Sidney,
presidente da Febraban

Patamar

A CNI também destacou que, com a manutenção da Selic no atual patamar, a taxa de juros reais do país, que está em 6,64% ao ano, continua sendo a segunda maior do mundo, atrás apenas da Rússia.

Já o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, saiu em defesa do Banco Central (BC) e criticou a atuação do governo federal no controle de gastos públicos. Segundo o líder da entidade, a política fiscal do governo Lula precisa sair do “terreno expansionista” para harmonizar a política monetária restritiva, que se reflete na Taxa Básica de Juros.

“Nós tivemos, infelizmente, ontem, uma decisão do Banco Central interrompendo o ciclo de queda na taxa de juros, o que é ruim do ponto de vista daquilo que nós precisamos. Não estou aqui para fazer nenhuma crítica ao BC.

O banco tomou sua decisão técnica, vendo o cenário e a conjuntura, e verificou que tem havido uma deterioração do quadro fiscal e das expectativas de inflação”, disse Sidney, ontem, durante o 3º Congresso da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag), em Brasília.

O presidente da Febraban acredita que já há um esgotamento do debate em torno do aumento de receitas e defende um debate mais avançado para incluir no planejamento fiscal uma reavaliação do ritmo de crescimento das despesas. Ele citou o tamanho das despesas com o inicitivos sociais — que chega a 6% do PIB — e com a Previdência.

“Nós precisamos entrar na agenda definitiva de sustentabilidade fiscal. É isso que vai fazer com que o Brasil consiga ter um crescimento sustentável, e é isso que fará com que nós consigamos manter a

inflação na meta e termos condições de termos juros mais confortáveis, que é o que todos desejamos”, acrescentou.

Unanimidade

A decisão unânime do Copom, na véspera, de manter a taxa Selic em 10,5% levou a uma reação positiva do mercado no início da manhã. Antes, havia um temor de que o BC afrouxaria a política monetária a partir de 2025, quando o atual presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, será substituído. A partir do próximo ano a diretoria da instituição será composta por uma maioria indicada por Lula.

Na reunião anterior, em maio, os quatro diretores indicados por Lula votaram por corte menor da Selic, o que levantou suspeitas de ingerência política na autarquia. A decisão dessa semana trouxe alívio ao mercado.

SETOR ELÉTRICO

Decreto cria regras mais duras para empresas

» HENRIQUE LESSA

Um decreto, publicado hoje no Diário Oficial da União, estabelece regras mais duras para a medição da qualidade do serviço prestado pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica. O novo regimento, chamado de “diretrizes para renovação” pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, estabelece maior rigor sobre o tempo máximo de interrupção do fornecimento de eletricidade até mesmo durante eventos climáticos extremos, que vão impactar na renovação ou não do contrato da empresa.

Segundo Silveira, as novas regras objetivam modernizar os contratos. A principal mudança será a o estabelecimento de metas claras para a recomposição dos serviços, mesmo após situações com eventos climáticos extremos, já que não existirão mais os “expurgos pelos eventos climáticos” no cálculo dos índices de qualidade de cada concessionária.

“As distribuidoras serão obrigadas a se planejar melhor para que não tenham desculpa de que não conseguiram resolver o problema da população por causa de problema urbanístico e de podas de árvores”, disse.

As novas regras só serão obrigatórias na renovação dos contratos, mas o governo acredita já ter a adesão de mais de 20 empresas que têm suas concessões vencendo nos próximos 7 anos. Quem atender às exigências e aderir voluntariamente ao novo modelo poderá antecipar a renovação e garantir o contrato por mais 30 anos. O ministro ainda lembrou que as elétricas que não aderirem ao regimento mais rígido, não poderão se beneficiar da renovação automática e no vencimento dos seus contratos as concessões serão relicitadas.

“O Brasil respeita os contratos vigentes, que hoje não tem a previsão de caducidade ou intervenção mesmo em casos como o que aconteceu com a Enel em São Paulo. No novo modelo, em caso de descumprimento do contrato, estamos prevenindo caducidade ou intervenção”, apontou Silveira.

O decreto também limita o pagamento de dividendos aos acionistas das empresas em caso de descumprimento das metas e obrigações de qualidade no serviço e no atendimento.

Com as novas regras, tanto na perda da saúde financeira para a prestação do serviço, quanto no caso de deterioração de índices de qualidade e atendimento a agência reguladora e o governo poderão adotar medidas mais extremas com a abertura de um processo de caducidade (cancelamento) do contrato.

As medidas em grande parte são uma resposta do governo depois dos incômodos — no fim do ano passado e início deste ano — apagões no estado de São Paulo, área da empresa italiana Enel. Silveira indicou que a empresa deve aderir ao novo regimento, e ainda garantiu que a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, em conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pediu desculpas pelas falhas da estatal italiana. A conversa, com a presença de Silveira, aconteceu no último sábado, na Itália, durante a participação de Lula na cúpula do G7. O presidente brasileiro cobrou de Meloni e do presidente da estatal, Flavio Cattaneo, uma solução para os apagões na capital paulista e teve como resposta a promessa dos italianos de investir cerca de R\$ 20 bilhões nos próximos três anos no Brasil para melhorar a prestação de serviços pela empresa.

EDUCAÇÃO

Escola Maple Bear planeja expansão

» CAMILLA GERMANO

O Grupo SEB assumiu integralmente o controle sobre a rede canadense de escolas bilíngue Maple Bear, depois de quatro anos tendo 70% das operações globais. Agora, a expectativa do grupo é de expandir ainda mais a quantidade de escolas pelo mundo.

Em entrevista ao **Correio**, o empresário Chaim Zaher, presidente do Grupo SEB, falou sobre as metas de expansão e sobre os planos a curto prazo agora que são donos de todas as franquias pelo mundo.

“Será uma empresa brasileira, mas sediada no Canadá. A escola será canadense, mesmo que sejamos nós os donos. Queremos implantar toda a metodologia educacional canadense para os alunos”, explicou Chaim. Ao todo, o investimento para a expansão será de US\$ 100 milhões, com o objetivo de acelerar o crescimento em número de países, de alunos matriculados e de produtos oferecidos.

No Brasil, a Maple Bear está presente em 141 cidades e conta com mais de 214 escolas e 39 mil alunos divididos na educação infantil, ensino fundamental e médio. Para Chaim, o país tem o potencial de contar com 400 escolas

Kalamata filmes



O empresário Chaim Zaher é dono do Grupo SEB, que adquiriu 100% do controle da escola Maple Bear

da rede, que também conta com franquias no México, Guatemala, Peru, Argentina e Paraguai, entre os países da América Latina.

A presença abrange 39 países, com mais de 450 escolas em operação. A abertura de outras

150 escolas está no planejamento para os próximos anos. O foco agora é fortalecer a presença nos Estados Unidos, onde, até então, a atuação era mais tímida. “Tudo que acontece no Brasil será replicado lá fora, e tudo

o que acontece lá fora, traremos para cá”, pontuou o empresário.

Franquias

De acordo com Chaim, outros mercados ainda poderão

ter mais escolas nesta expansão. Nos Estados Unidos, por exemplo, que contam com um mercado muito grande, podem chegar a 300 franquias, atendendo a 60 mil alunos até os 6 anos, que não têm oferta de ensino público.

Na Europa Central, o grupo conta com um plano de crescimento para os próximos anos e pretende chegar a 100 escolas. Apenas entre Portugal e Espanha o plano é chegar a 60 instituições de ensino.

Nos países do Golfo Pérsico — Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos Kuwait, Omã — onde a cultura de escolas internacional é muito valorizada, o grupo acredita ter o potencial de abranger 200 escolas.



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista à entrevista com Chaim Zaher em vídeo